

PROJETO 1 — este é o nome do plano de ação através do qual o brasileiro vai empreender a efetiva conquista da maior e mais despovoada região do país

AMAZÔNIA

aqui começa a segunda descoberta do Brasil



Com cerca de 300 mil habitantes às margens do rio Negro, Manaus representa uma sentinela da civilização, implantada em plena selva.

Amazônia. O nome evoca imagens como **inferno verde**, misteriosas tribos de índios, lendas estranhas, florestas impenetráveis onde desaparecem aviões, local para filmes exóticos, caçadas e safaris. A partir de agora, essas imagens começarão a ser modificadas. Depois de séculos de temor e de impotência ante a grandeza da Amazônia, os brasileiros vão enfrentá-la, desvendá-la, ocupá-la. Seu nome passará a ser associado com pioneirismo, trabalho, estradas e colonização. A ocupação física e a integração da Amazônia ao restante do país é hoje uma diretriz básica e prioritária do Governo Costa e Silva; num esforço conjunto de todos os seus ministérios e órgãos federais. Com quatro milhões e 500 mil quilômetros quadrados, a Amazônia foi transformada em bandeira de segurança nacional. Ao apresentar esta grande reportagem especial, MANCHETE marca a sua presença otimista e confiante na hora em que tem início esse desafio dos séculos, consciente de que não se pode falar em desenvolvimento brasileiro sem a redenção da Amazônia, metade do Brasil.

Reportagem de FERNANDO LUIS CASCUDO • Fotos de RAYMUNDO COSTA, CARLOS BOTELHO e SEBASTIAO BARBOSA



Em Manaus, vista aérea dos esta-
leiros junto a uma grande fábrica
de cerveja e a uma das serrarias.

AMAZÔNIA-PROJETO 1

UMA TAREFA PARA HOJE

Pelo Gen. AFONSO DE ALBUQUERQUE LIMA
Ministro do Interior

As grandezas e dificuldades da Amazônia não constituem assunto do conhecimento apenas dos brasileiros. Outros povos, outras nações vêm se ocupando de tais problemas, uns veladamente, outros de modo ostensivo. Na região amazônica existe um grave problema nacional, que precisa ser encarado sob aspecto duplo: de desenvolvimento, no sentido de melhorar o padrão de vida das populações locais; de segurança nacional, quando se encara a ocupação efetiva do território. Na Amazônia vivem 3.500.000 habitantes que atribuem à área a baixíssima densidade de menos de um habitante por quilômetro quadrado. Tal fato evidencia que o Brasil, nesses quatro séculos e meio, ainda não demonstrou um real interesse ou capaci-

dade efetiva de colonizar sua extensa região equatorial. Nós procuramos e aceitamos uma mobilização de recursos, vindos de fora, para a escalada do desenvolvimento. No tocante porém à contribuição especificamente humana, à imigração em massa, pretende o governo federal, em primeiro lugar, ocupar o território pelos nacionais. Obtidos pontos de nuclearização populacional, então sim, é possível aceitar a imigração espontânea, contingenciando sua localização. A tese da vanguarda nacional de ocupação está presente em todos os pronunciamentos que temos feito, pois nenhum plano de ocupação terá validade se não contar com o apoio decisivo das Forças Armadas, em conjunto. Estas, por sua vez, deverão compreender que não se trata de uma operação meramente militar, mas de uma operação em termos bem mais amplos, de interesse econômico, segundo os conceitos do desenvolvimento. Após a ocupação por nacionais, principalmente do Nordeste, pensamos numa corrente migratória que mais convenha aos interesses nacionais; como complemento dos investimentos que são feitos na área e conforme a política de emprego adotada, de acordo com a realidade nacional. Já ultrapassamos a fase das palavras e entramos numa ação imediata e real. Um projeto de grandes proporções, para ser executado em muitos anos, com persistência e determinação, procurando dirigir a economia da região, tanto no setor público como no privado, é o pensamento atual do governo federal. Simultaneamente aos trabalhos da SU-



O Ministro Afonso de Albuquerque Lima quer uma Amazônia brasileira.

DAM e da SUFRAMA, os ministros militares, comprovando mais uma vez os seus objetivos patrióticos, desenvolvem atividades específicas da maior importância para a região. É constante e permanente a presença de aviões da FAB, nas tarefas de levar o progresso a todos os pontos da Amazônia, enquanto a Marinha faz o levantamento da bacia hidrográfica para

determinar novos meios de acesso e os Batalhões de Engenharia do Exército vão cortando a selva virgem, para a formação dos pólos de desenvolvimento. E, com orgulho, anunciamos ainda, para dentro de dois anos, a implantação da maior rede de telecomunicações do Norte, em plena Amazônia.

A Zona Franca de Manaus, por exemplo, deve ser encarada não só pelo seu caráter puramente econômico-financeiro, mas essencialmente como um fato humano de elevado sentido, dentro de uma política governamental, que consideramos absolutamente necessária, para levar o progresso à Amazônia Ocidental, para poder ocupá-la por nacionais, antes que surjam ameaças extraterritoriais. Portanto, o problema amazônico passa a ser, para a consciência nacional, uma questão de primordial importância de segurança nacional, em face mesmo da afirmativa que se faz, por outro lado, de que a vida sócio-econômica do presente já não admite espaços vazios, diante da explosão demográfica do mundo moderno. Essa a imensa responsabilidade que pesa sobre os governos, com maior intensidade sobre o atual, cujos integrantes, obedecendo ao mesmo ponto de vista do Presidente Costa e Silva, estão conscientes de suas responsabilidades, pois a cada momento vêem que o Brasil não possui capacidade para absorver grandes núcleos de populações extraterritoriais sem que seja ameaçada sua integridade territorial e mesmo a unidade nacional.

O GRANDE NORTE

Por JOSÉ SARNEY
Governador do Maranhão

Navegadores e aventureiros, espanhóis, franceses (e por trás deles a ação audaciosa de armadores e majestades) intentaram com persistência, no século XVI, alcançar o Grande Rio Amazonas ou Marañon, em busca da fábula das minas, madeiras preciosas, pedras raras e outras riquezas lendárias e reais. Porque erraram o caminho uns, porque os matou o mar outros, pela agressão da região inóspita e selvagem, e porque essa aventura era superior de muito aos recursos disponíveis, todos fracassaram na ocupação do Grande Rio em aventuras marítimas. Mas, o fascínio da Amazônia continuou a atrair pioneiros audaciosos, enquanto a argúcia do colonizador português o impelia ao desbravamento das regiões virgens, para ali implantar os marcos de sua presença e as guarnições de sua força. Francisco Caldeira Castelo Branco, partindo do Maranhão, atingiu a foz do Grande Rio e ali fundou a cidade de Belém. Mais tarde, Bento Maciel Parente, também viajando do Maranhão, chegava à região do rio Negro, onde hoje se situa Manaus.

Os caminhos que percorreram de águas e de cárceres colocaram no saldo dessas aventuras as fronteiras de um país, e agora, quinhentos anos depois, essa região está quase como se vivesse o primeiro dia da descoberta.

Na Amazônia estão as puídas do extremo norte, norte das águas de mais, dos ribeirinhos com a vocação e a visão diurna do dilúvio. Junto, a floresta gigante e insondável. O homem apenas resiste e não precisa da pílula. A malária é mais eficiente para evitar a pressão demográfica. O Padre Vieira os chamou maracatins, gente mais criada e nascida na água.

Mais abaixo a paisagem é diferente. Nos chapadões dos vales do Gurgueia e barra de Garças é clássica a pergunta:

— Homem, a terra aqui é boa?
E a resposta segura:

— A terra sim, quem não presta é o céu.

É o agreste, a caatinga, o mandacaru e os caminhos de fome. Da Bahia para cima são nortistas, nordestinos, cabeças-chatas, curumbas, amazônidas ou o que lá se fale. Uma coisa, contudo, além da geografia, os caracteriza: é a feição de outro Brasil, o Brasil de sol quente, sem frio, pobre, a viver todo ele uma paixão de sobreviver.

São dois terços da nação, gente de ferro e de sangue, com suas leis de violência e paixão, das toadas, cantigas do galope à beira-mar, do quadrão, do sangonçalo, do lindô, da mãe-d'água e do uirapuru que faz mulher endoidar por reza de homem.

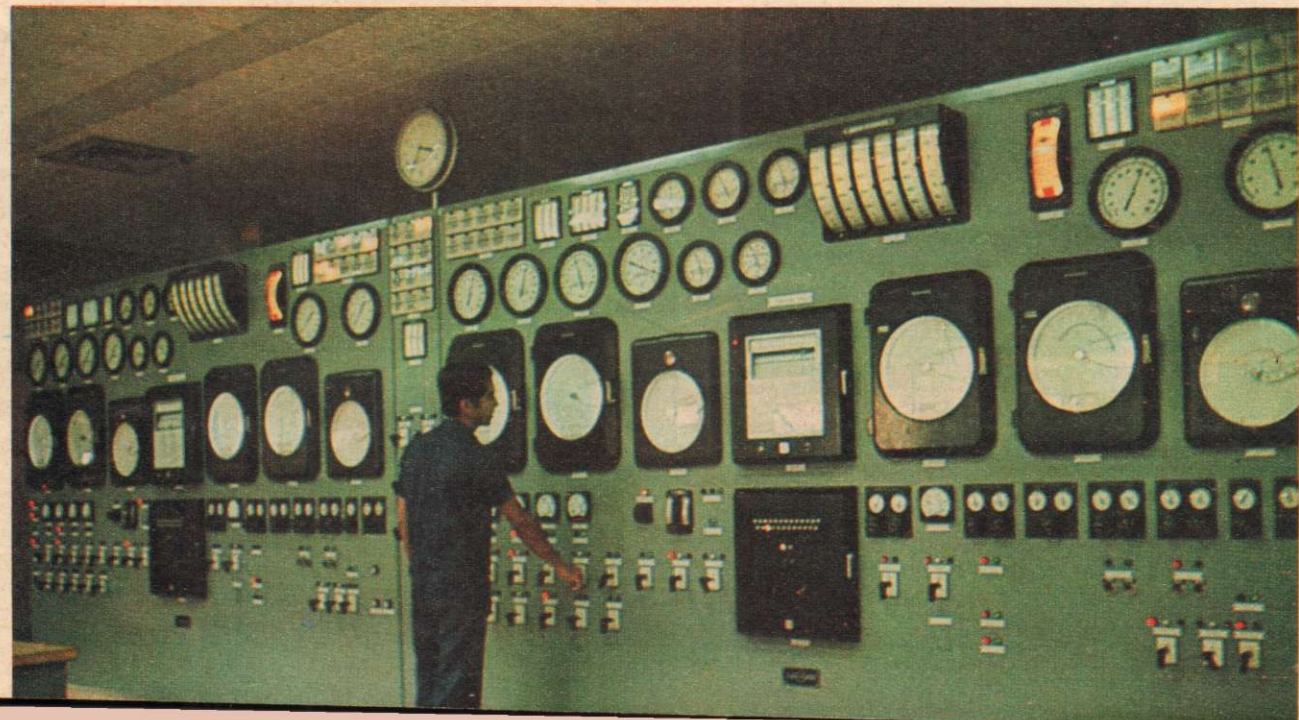
Chamem-se os seus órgãos de proteção de SUDAM, SUDENE, DNOCS ou outra sigla. A massa de trabalho deles

é a mesma. Os problemas são os mesmos, o homem é o mesmo, a economia é a mesma, o desafio é o mesmo. Em lugar nenhum do mundo a luta contra o subdesenvolvimento é tão grande quanto aqui e com tantos adeptos. Vai de cabo a rabo.

A política global de coordenação de incentivos e programas especiais deve obedecer, para essa região toda, uma só estratégia. O governo deve dar essa unidade, deve impor essa política una, tanto para a Amazônia quanto para o Nordeste. Maranhão e Piauí, ficamos no divisor das águas, com a experiência de quem vê o inferno da selva e os restos do xique-xique, mas todos, terra da mesma terra e gente da mesma gente.

Esta região tão vasta, Norte e Nordeste juntos, é o Grande Norte, à espera do Brasil, olhado de fora por olhos de carcará.

O moderno painel de controle da FORLUZ em Belém garante a energia elétrica para as novas indústrias em instalação.



SUDAM

o primeiro passo

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM — é o organismo regional responsável pelo planejamento econômico e administrativo de toda a Amazônia legal. Atuando como órgão de coordenação e disciplinador da política federal para com a região, a sua presença e ação crescem de importância no momento em que um projeto integrado ali será executado em larga escala. Fixando diretrizes e esclarecendo conceitos, o Coronel-Engenheiro João Walter de Andrade, superintendente da SUDAM, mostra aqui o que a sua equipe está disposta a realizar.

— Acredita que a SUDAM possa de fato desempenhar a sua função como órgão de planejamento na Amazônia?

— Os Planos de Desenvolvimento antes elaborados para a Amazônia nunca chegaram a se constituir em instrumentos positivos de ação econômica e administrativa, dentre outras causas pela inexistência ou inadequação de um órgão coordenador da política desenvolvimentista que fosse adotada em comum por todos os intermediários do governo federal e pelos governos locais. Isso não acontece com a atual Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, que, pelo contrário, está bem preparada para a execução desse tipo de atribuições.

A SUDAM, ligada ao Ministério do Interior, é constituída com muita flexibilidade, tem os servidores regidos pela Legislação Trabalhista e está calcada no modelo vitorioso da SUDENE, devidamente adaptado à Amazônia. Na sua estruturação considerou-se o fato de que o desenvolvimento regional não pode ser implantado por um Departamento, isolado, tendo sido desta forma a Autarquia capacitada fundamentalmente para o exercício da liderança do processo de desenvolvimento amazônico, a ser executado em conjunto pelos organismos governamentais da área, entidades privadas e pessoas físicas.

Só posso concluir enfaticamente, portanto, pela sua adequação institucional ao desempenho de sua função específica: "PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO DE TODA A AMAZÔNIA".

— Acredita que a SUDAM já tenha se libertado do fantasma da SPVEA?

— A SUDAM é organismo novo, constituído com outras atribuições e horizontes mais largos, para não embarçar-se nas limitações institucionais que peavam a extinta SPVEA. Consideramos terminada a fase experimental de sua formação, partindo o órgão agora, com o apoio de seu quadro técnico, para a programação a ser desenvolvida nos próximos três anos, em ação compatibilizada com o Plano Trienal do governo, em elaboração.

Não há dúvidas, portanto, de que a SUDAM está capacitada para o assessoramento do governo federal, em sua tarefa de planejamento para a área, bastando apenas que seja ouvida, para que não se incorra nos erros e improvisações que estigmatizaram por

tanto tempo a Amazônia. Esta disposição, aliás, o próprio governo federal a tem manifestado reiteradas vezes, numa prova de confiança e reconhecimento ao trabalho que estamos realizando.

— O Grupo de Ocupação da Amazônia, recentemente criado pela Presidência da República, poderá constituir uma dualidade de ação federal na mesma área?

— Nunca deixamos de manifestar nosso entusiasmo por qualquer oportunidade de debater e discutir esta importante região, na mais alta escala da administração, porque estamos plenamente integrados nas diretrizes amazônicas do governo central. O Grupo criado pelo presidente da República para estudar o problema de ocupação da Amazônia não poderá constituir-se como dualidade de ação federal, mesmo porque, numa questão de coerência com a sistemática administrativa governamental, apoiará seu trabalho nos dados, estudos, conceito e colocação dos problemas do órgão de planejamento para a área, que é a SUDAM.

Deve-se ressaltar, oportunamente, que a iniciativa nasceu sob a orientação criteriosa do Ministro Albuquerque Lima — homem conhecedor da área e de visão realista; palmilhando seguida e incansavelmente toda a Amazônia, está convencido da necessidade de um grande esforço para a sua efetiva ocupação — com a indispensável conjugação de forças de outros ministérios civis e militares, sob sua orientação e a assessoria direta da SUDAM.

Consideramos, pois, inteiramente válida e conveniente a iniciativa, que só poderá

A SUDAM financia agora empreendimentos prioritários de caráter rodoviário, aeroviário e fluvial.



originar resultados benéficos. A ocupação imediata da Amazônia, um dos últimos vazios úteis da terra, afigura-se-nos como orientação das mais objetivas para evitar, antes do fim do século, com a prevista exploração demográfica mundial, uma possível pressão populacional externa.

— Como encara a ação dos Incentivos Fiscais?

— O desenvolvimento da Amazônia ocorrerá em grande parte baseado na política de Incentivos Fiscais, orientada para propiciar as inversões privadas na região e a exemplo do que se verifica no Nordeste.

Considero, na verdade, essa política como o fator condicionante do sucesso de toda a Operação-Amazônia. Todavia, parece-me prejudicial qualquer extensão a outras áreas geográficas ou setores de atividade econômica dos Incentivos Fiscais que beneficiam a Amazônia e o Nordeste, porque, como incentivos concorrentes, em vez de auxiliarem vão prejudicar a emancipação da Amazônia — que por sua própria condição de área subdesenvolvida justifica qualquer tratamento especial recebido do governo central.

Como produto da lei dos Incentivos Fiscais já foram carreados para a Amazônia recursos na ordem de NCr\$ 255.861.735,00, que representam, aliados a recursos próprios, um investimento de NCr\$ 433.459.332,00, correspondentes a 98 projetos em execução.

Temos destacado, várias vezes, que o futuro da Amazônia está suspenso no balão dos Incentivos Fiscais para a área: não podemos furá-lo, sob pena de fracasso.

— E a política dos "pólos de desenvolvimento" está adequada ao momento?

— O Plano Diretor da SUDAM foi organizado tendo como uma de suas diretrizes principais a fixação de pólos de desenvolvimento, capazes de induzir o crescimento em áreas vizinhas. O pólo de desenvolvimento é escolhido ao identificar-se uma região, dentro da área de planejamento a que pertence, como de alta concentração de fatores favoráveis ao desenvolvimento econômico, e que se mostra capaz de atrair recursos humanos e capitais.

A adoção de pólos de desenvolvimento representa, no nosso entender, uma das mais importantes estratégias da política desenvolvimentista, que procura furtar-se à irresistível



O Coronel-Engenheiro João Walter de Andrade, para quem a Amazônia não tem segredos, dinamiza os trabalhos da SUDAM em toda a área, em perfeita sintonia com as diretrizes do governo federal.

tendência de pulverização de recursos na imensa região, pela obrigatoriedade de sua concentração, a todo custo, em pequenas áreas determinadas tecnicamente como prioritárias — e que constituem os denominados pólos de desenvolvimento.

A ocupação da Amazônia deverá iniciar-se com o aproveitamento desses pólos de desenvolvimento, na conceituação do Ministro Albuquerque Lima, onde os grupos humanos nêles existentes serão utilizados como elementos de vanguarda na criação de Unidades de Desenvolvimento, intervaladas de 10 a 20 quilômetros, no eixo rodoviário, constituindo-se cada dez Unidades em um Núcleo de Desenvolvimento, que terá infraestrutura montada com os setores de saúde, educação e serviços básicos.

— A SUDAM e a SUFRAMA terão ações paralelas ou se complementarão num trabalho unificado em favor do desenvolvimento na Amazônia?

— Na criação da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, o governo federal teve interesse em contrabalançar as dificuldades de atração para investimentos, observadas no único grande centro da Amazônia Ocidental que tem infraestrutura para absorvê-los. A implantação dessa Zona complementa as possibilidades abertas pela legislação de incentivos, ao fornecer vantagens adicionais à instalação de indústrias e importação de equipamentos, em sua área, objetivando compensar uma desigualdade para menos e beneficiar assim toda a região pelo efeito de homogênea distribuição dos investimentos por

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia implanta a Infra-estrutura econômica desta região

seus dois grandes pólos, que são BELEM e MANAUS.

Verifica-se dessa forma que os objetivos colimados pela SUDAM e pela SUFRAMA não são suscetíveis de paralelismo: enquanto a SUDAM é órgão destinado ao planejamento e à compatibilização dos programas de toda a Amazônia legal — área de superfície na ordem de 5 milhões de quilômetros quadrados, representando 59,2% de todo o Brasil e compreendendo seis (6) estados e três (3) territórios federais — a SUFRAMA é responsável por uma atividade descentralizada de nível executivo, dentro de sua área de atuação restrita a cerca de 10 mil quilômetros quadrados, com os limites estabelecidos pelo Decreto n.º 61.244, de 28/08/1967, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 288, de 28/02/1967, na qual se inclui apenas a cidade de Manaus e seus arredores, tudo conforme a própria estruturação administrativa do Ministério do Interior.

— Em sua opinião, quais os pontos básicos que devem ser atacados para que o governo federal possa dar realmente o chamado “grande passo” numa conquista da Amazônia a longo prazo?

— Sou de opinião que o país, ao dar por encerrado o longo, controverso e acalorado debate em que se optou na década de 50 pela condução da política de desenvolvimento da Amazônia através do emprego de entidades, conceitos e direção nacionais, comprometeu-se perante o público internacional numa grande aposta contra o futuro, cujo prêmio, a ser ganho ou perdido, constitui-se na própria Amazônia. Se essa decisão não foi reformulada, não se compreende como a Amazônia pôde continuar como região de segunda prioridade nos planos de investimentos do governo; deve-se compensar agora, numa política ativa e eficiente, os anos perdidos inutilmente.

O “grande passo” para a conquista a longo prazo, em última essência, só poderá ser dado com a criação de condições infra-estruturais que possibilitem a implantação de uma era desenvolvimentista, no seu mais amplo sentido, em toda a área. Esse trabalho de autêntico pioneirismo, face às características da região, e associado à Segurança Nacional, a SUDAM já o vem executando, nos mais diversos setores, procurando aproveitar os pólos de desenvolvimento atualmente eleitos.

No setor de Transportes, por exemplo, a SUDAM financia empreendimentos rodoviários, aeroviários e fluviais, considerando que a ocupação da área não pode ficar na dependência exclusiva de seus cursos de água.

Rodovias interestaduais e algumas rumo a outros países devem ser mencionadas: BR—364, na direção Cuiabá—Pôrto Velho—Rio Branco à fronteira do Peru, no rumo de Pucalpa, na Carretera Marginal das Selvas, está em vias de interligar a fronteira acriana com o Centro-Oeste do País e o seu maior centro de produção, que é São Paulo;

SEGUE

Nos últimos três anos foram aplicados pela SUDAM mais de 36 milhões de cruzeiros novos somente nas obras de infra-estrutura, segundo os convênios estaduais prioritários

BR—174, interligando Manaus—Boa Vista à fronteira da Venezuela, em Santa Helena, e à fronteira da Guiana, em Lethem; BR—319, unindo Manaus a Pôrto Velho, tôdas com obras em andamento, além da BR—165, Cuiabá—Santarém, em regime de esforço prioritário, que são rodovias penetrantes da selva e que se impõem como inversões preliminares para a criação das condições mínimas necessárias ao desenvolvimento da área, como o entendemos. No ano próximo, as rodovias BR—316, Teresina—Belém, e BR—220, Picos—Carolina, que possibilitarão rápida e perfeita ligação Nordeste-Norte, duas áreas limítrofes porém completamente afastadas, terão recursos significativos.

A Belém—Brasília, considerada a rodovia de integração nacional, nasceu com a extinta SPVEA e ainda hoje, embora ligada ao Ministério dos Transportes, recebe substanciais recursos da SUDAM; merece destaque especial, porque em sua função e nas suas proximidades surgiram admiráveis núcleos de colonização e foram implantados racionalmente grandes projetos agropecuários, nos Estados do Pará, Maranhão e Goiás, criando-se um verdadeiro mundo novo. Esse êxito que se observa na Rodovia Belém—Brasília é o melhor exemplo para justificar a abertura, em todos os sentidos, de estradas pioneiras cortando a Amazônia, que se transformarão antes de tudo em caminhos escoadores de suas incalculáveis riquezas.

No aspecto aeroviário, através do esforço conjugado com a Aeronáutica, operando com a Comissão de Construção de Aeroportos na Região Amazônica — COMARA, estão sendo implantados campos e pistas de pouso, obedecendo a uma proporção detalhada para toda a área, com destaque especial para o cordão das fronteiras, sem esquecer os campos intermediários, como apoio e alternativas.

No aspecto fluvial, há programação prevista para a melhoria dos portos existentes, obras de dragagem e a colocação de embarcações típicas para a navegação nos afluentes do Rio-Mar, utilizando-se inclusive o comboio integrado, a exemplo do que ocorre em países altamente desenvolvidos.

No setor de Energia, a participação da SUDAM em todos os investimentos é considerável, executando-se projetos claramente prioritários como os das usinas hidrelétricas COARACY NUNES, no Amapá; CURUANA, em Santarém, no Pará, e RIO CASCA, em Mato Grosso; termelétricas de MANAUS e BELÉM, e outras, geradoras de energia, nas capitais e principais cidades da Amazônia, além de redes de distribuição nessas cidades e profundos estudos de aproveitamento hidrelétrico nos rios Gurupi e Tocantins.

Há necessidade de se partir, todavia, para o equacionamento e realização do problema energético, de modo mais amplo, pela exploração dos grandes potenciais hidrelétricos regionais. Existe significativa quantidade de estudos, sugestões e projetos preliminares de construção de barragens, que estrategicamente colocadas resolveriam o problema

energético de grandes áreas da Amazônia, tornando-se por si só a solução para a viabilidade da exploração de vastos recursos, hoje forçosamente entregues ao abandono, pela impossibilidade de sua utilização em termos economicamente adequados.

A mesopotâmia dos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, por exemplo, que reúne excepcionais condições de recursos naturais à existência de terras adequadas à agricultura e a pronunciadas ocorrências de campos e cerrados, constitui-se em região cujo aproveitamento dará nova fisionomia geopolítica ao Brasil, diante dos interesses nacionais e internacionais no tocante ao aumento da produção mundial de alimentos. Nesse local projeta-se a construção da hidrelétrica da Cachoeira de Itaboca, com o potencial previsto de um milhão de quilowatts, iniciativa da SUDAM que significará a emancipação de toda a área, que atinge três importantes estados.

No setor de Educação, a SUDAM encontra-se empenhada nos programas de formação, aperfeiçoamento e treinamento de pessoal, com prioridades de seu próprio quadro, para liderança da coordenação regional, e também do pessoal de outros órgãos públicos em geral da Amazônia. Mantém convênios com as Universidades que se localizam em sua área de atuação e financia, diretamente, bolsas-de-estudo em todos os níveis. Além disso, estuda-se a possibilidade da instalação de um centro de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em colaboração com o CEPAL e BNDE, através de convênios.

No aspecto informal, o setor de Educação vem sendo trabalhado através de ações comunitárias, nas quais se procura motivar os agrupamentos, preparando-os convenientemente para o desenvolvimento. Paralelamente, num amplo trabalho educativo e social, e sobretudo visando despertar a formação cívica do brasileiro que habita o *hinterland* Amazônico, está a SUDAM empenhada na instalação de possante radioemissora, em Manaus; seus programas vão suprir de imediato a inexistência de escolas nos locais mais distantes e possibilitarão aos interioranos amazônicos conhecerem a sua pátria, pois nem da própria pátria, é lamentável dizer-se, têm eles o mínimo conhecimento. São brasileiros marginalizados, que não sabem sequer o que é o Brasil.



O campo experimental para cultura do dendê é mais um projeto agrícola da SUDAM no Pará.

No setor de Saúde, dedica-se a SUDAM à implantação dos sistemas de abastecimento de água das principais cidades e de alguns municípios da área; recentemente, foram iniciados os trabalhos em Manaus, Pôrto Velho e Boa Vista, sem contar o prosseguimento dos serviços fundamentais em Belém, São Luís e outras cidades. Idêntico tratamento vem ocorrendo, no que se refere a esgotos sanitários e saneamento básico, em dezenas de outros municípios.

Também é de se destacar a experiência-piloto do Projeto Dendê-SUDAM, que tem a colaboração do Institute de Recherches pour les Huiles et Oleagineux — IRHO. O programa prevê a plantação de 565 mil sementes, em 4 anos, selecionadas e importadas da Costa do Marfim, na África, tendo-se já aproximadamente 60 mil mudas de dendêzeiro. É um trabalho de alto significado econômico, pela diversificada aplicação do dendê na indústria, e que terá efeito multiplicador, por sua essência e natureza. Daí porque estamos voltados a repetir a experiência, desta vez na Colônia Militar de Tabatinga.

Finalmente, cabendo ao governo federal a implantação de uma infra-estrutura mínima necessária ao atendimento do processo de desenvolvimento — razão e fim a que se colima para contarmos com a desejada integração da Amazônia — não poderia faltar o grande passo de coordenação de todo este processo: o objetivo e real projeto das Telecomunicações, que visa interligar a Amazônia Ocidental com a sua irmã litorânea, e, tendo Belém como o grande centro receptor de todos os sinais da área, carregá-los para Brasília e daí para São Paulo, Guanabara e as demais unidades da Federação. O assunto encontra-se equacionado e tem a colaboração do Ministério do Exército; foi constituída e está em funcionamento a Companhia de Telecomunicações do Estado do Pará — COTELPA, aprovado o seu plano geral pelo CONTEL e já aberta a concorrência pública, de caráter internacional, para a sua instalação em curto prazo. A Amazônia terá, muito breve, o que existe de mais moderno e eficiente em equipamento de telecomunicações.

Em consequência dos Incentivos Fiscais estão sendo realizados na Amazônia 98 investimentos, nos quais se destacam os de agropecuária, óleos vegetais, têxteis e fibras, madeira, produtos alimentícios, mineração, siderurgia e metalurgia. Os recursos da Lei n.º 5.174, nessas iniciativas, alcançam a importância de NCr\$ 255.861.735,00, representando o total de investimentos a aplicação de disponibilidades na ordem de NCr\$ 433.459.332,00. Em análise encontram-se atualmente nos setores técnicos da SUDAM 43 projetos, que representam o investimento total de NCr\$ 299.788.819,55; sabe-se igualmente da existência, em elaboração, nos escritórios técnicos de Belém, de aproximadamente 80 projetos, representando cerca de 400 milhões de cruzeiros novos em aplicação.

Um novo Brasil promete surgir na Amazônia com a realização dos planos de investimentos industriais agora iniciados

As riquezas da Amazônia, madeiras de lei, minérios, petróleo, óleos, juta, etc., são hoje racionalmente exploradas pela iniciativa privada nacional, graças aos incentivos fiscais da SUDAM. Centenas de novas indústrias estão sendo implantadas em toda a imensa região e possibilitam ocupação para milhares de pessoas, assim como um aumento das arrecadações tributárias e a obtenção de novas divisas. Vindo ao encontro dos que desejam participar do esforço daqueles estados, seus governos intensificam as obras de infra-estrutura e facilitam a instalação de novas fábricas. A Usina de Curuauna, em Santarém, por exemplo, está sendo construída pelo governo do Pará, através da CELPA — Centrais Elétricas do Pará, em convênio com a SUDAM. No Pará, o IDESP — Instituto do Desenvolvimento Econômico do Pará, dirigido pelo Professor Adriano Menezes, cumpre a sua tarefa como órgão disciplinador da política econômica do Governo Alacid Nunes. Em Manaus é o economista Djalma Melo, à frente da CODEMA, quem dinamiza o setor de planejamento e industrialização do Governo Danilo Areosa. No Maranhão é a SUDEMA quem dá a assessoria necessária ao Governador José Sarney para que ele consiga atrair novas indústrias para o seu estado. A política dos incentivos fiscais para a Amazônia, criticada por uns e combatida por outros, é hoje ponto pacífico para o governo federal, pois os frutos da sua aplicação no Nordeste são claros e definitivos: vão transformar por completo aquela região. O mesmo está sendo agora aplicado na Amazônia, onde a SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — e o Banco da Amazônia S/A — BASA — desenvolvem uma ação permanente no planejamento e financiamento de novas empresas. Com uma densidade demográfica das mais baixas do mundo (menos de um habitante por quilômetro quadrado) a Amazônia possui quatro décimos da área territorial da América do Sul, a vigésima parte da superfície do globo, um quinto da disponibilidade mundial de água doce e um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas. Estes dados são por demais expressivos e revelam a importância de tudo quanto está sendo atualmente feito para tornar realidade planos e projetos de governos passados. Tais planos já se tornavam lendários e causavam a descrença entre os 3 milhões e 500 mil habitantes da Amazônia. A existência da mentalidade progressista de hoje é responsável pela mobilização da opinião pública brasileira num movimento capaz de defender a Amazônia da eobiça internacional e dos interesses contrariados de grandes grupos econômicos nacionais, para os quais o aparecimento de novas indústrias é prejudicial.



A Refinaria de Petróleo Sabba abastece parte da Amazônia. Embaixo, instalações da São Bernardo Industrial, em Belém, que recebe e industrializa madeira de lei. Esta lhe chega em balsas de até um quilômetro de extensão e procede das selvas.



**A estrada que avança
selva adentro é uma
nítida afirmação da
vitória do homem
sobre a natureza**

Os engenheiros e operários, militares e civis, responsáveis pela implantação das rodovias prioritárias da Amazônia, são pioneiros anônimos e desconhecidos. Os Departamentos de Estradas de Rodagem do Amazonas, Pará e Maranhão, os Batalhões Rodoviários e os técnicos da RODOBRÁS têm trabalhado de maneira incessante naquela região, enfrentando adversidades e dificuldades de toda a sorte, sem esmorecimento.



Na selva virgem a estrada é a presença do homem, abrindo audaciosas rodovias na grande arrancada contra o desconhecido.





A conquista da selva deixou de inspirar romancistas para motivar os pioneiros do desenvolvimento que desconhecem os obstáculos e dificuldades.

A selva, assustadora, é maravilhosa e sempre há como vencê-la

Sòmente um planejamento e uma ação integrados, com a participação de todos os ministérios e dos governos da região, poderá iniciar a conquista dos imensos espaços vazios da Amazônia. Estradas prioritárias estão sendo rasgadas na mata, quer através do Ministério dos Transportes, quer através dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Pará e do Amazonas. No eixo Pôrto Velho—Manaus e Pôrto Velho—Rio Branco, a ação do 5.º Batalhão de Engenharia e Construções do Exército é das mais atuantes. A SUDAM, como órgão planejador, vem atuando na infra-estrutura, através de convênios e programas que permitem a construção de usinas hidrelétricas, campos experimentais de cultura agrícola, industrialização em larga escala, projetos de telecomunicações e transportes. No Amazonas, o governo estadual elaborou um plano quinquenal visando à escolha de áreas para as quais foi programada a aplicação de recursos de diversas origens. Seu objetivo é o de afirmar os núcleos populacionais existentes agora no estado, num verdadeiro sentido de imediata ocupação da Amazonia.

De súbito, imensos blocos de concreto se intrometem numa paisagem verde e selvagem. É a construção de uma grande usina hidrelétrica para ativar a indústria extrativa do Território do Amapá

Usina de Coruaúna, no Pará, Pôrto de Itaqui, no Maranhão, Usina do Paredão, no Amapá. Eis algumas das mais importantes obras de infra-estrutura que atualmente estão sendo executadas no Norte do país. No território do Amapá, uma das regiões mais distantes do país, a Usina do Paredão é a grande bandeira com a qual a Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA — pretende fornecer energia elétrica ao seu território, justamente o mais rico daquela região pela existência de jazidas de minérios. No entanto, a falta do pagamento periódico das verbas e créditos federais destinados a essa empresa ameaça a paralisação das obras, que já começam a experimentar um ritmo vagaroso. Seu custo total previsto é da ordem de NCr\$ 73.000.000,00 para a conclusão no prazo de um ano e meio. A aquisição do equipamento nacional para as comportas vai a NCr\$ 10.000.000,00. Além disso, a obra compreenderá um equipamento japonês, altamente técnico e sem similares no país, já adquirido, com financiamento de dez anos da ordem de US\$ 3.500.000 num contrato no qual o governo

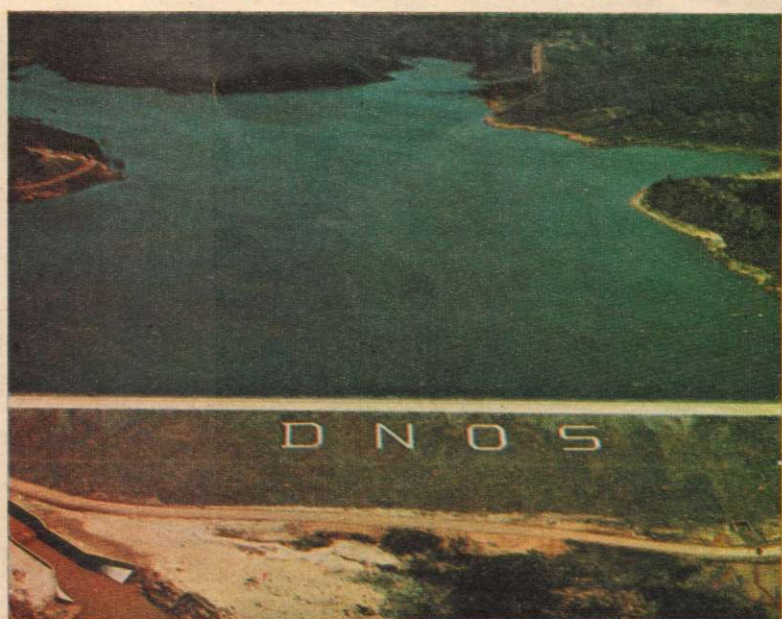
brasileiro surge como avalista. Parte deste equipamento chegará ao país em fevereiro de 1968 e deverá ser instalado imediatamente, para não encarecer os custos. No entanto, se o ritmo de trabalho do Paredão permanecer na mesma lentidão atual, em face da carência de recursos, de maneira alguma este prazo será cumprido, e este equipamento instalado. Para salvar a Usina do Paredão dessa ameaça, torna-se necessária a liberação, ainda este ano, de cerca de 40 bilhões de cruzeiros antigos, crédito especial já aprovado pela ELETROBRAS. A SUDAM já fez entrega à obra de toda a dotação orçamentária que possuía com tal finalidade. Outra consequência da eventual não instalação do equipamento japonês a ser recebido: construção de enormes e vultosos armazéns para sua conservação. O governador do Território do Amapá, General Ivanhoé Gonçalves Martins, à frente da sua equipe de assessôres, vem se empenhando para obter a liberação dos créditos federais dos quais dependem a sobrevivência, o progresso e a vida daquela região.



A Usina do Paredão, obra da Companhia de Eletricidade do Amapá, está ameaçada de paralisação pelas dificuldades na liberação das verbas que lhe competem.



A Usina de Coruaúna (Santarém), às margens do Tapajós, é obra executada com recursos federais (SUDAM) e estaduais (CELPA) no Estado do Pará.

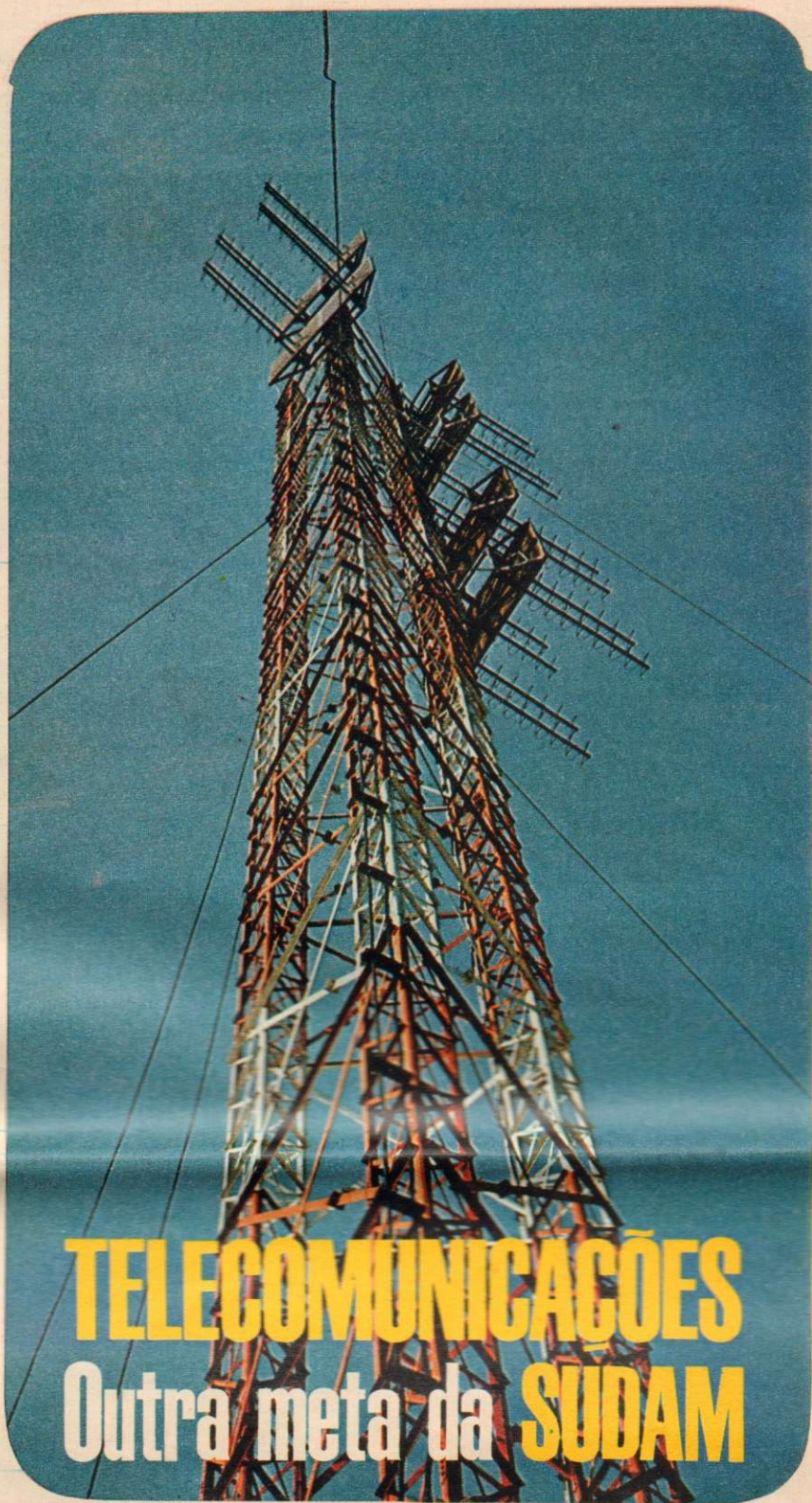


Esta barragem do DNOS situada no Estado do Maranhão representa o grande esforço conjunto dos governos federal e estadual no interior.

O Pôrto de Itaqui, no Maranhão, é uma obra absolutamente prioritária nos planos do Governador José Sarnei.



A gigantesca obra da Usina do Paredão, no Amapá, tem importância vital para o fornecimento de energia hidrelétrica a uma região de imensas riquezas em jazidas minerais, principalmente o manganês.



A SUDAM programou complementar a colaboração já prestada sob forma de empréstimo de dois bilhões de cruzeiros feita à CAMTEL no início do ano pelo BANCO DA AMAZÔNIA S/A, fornecendo recursos adicionais para a execução das ligações com Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho. Desta forma ficará estabelecida a base para o prosseguimento da instalação das redes locais no oeste amazônico, o qual terá assegurada sua ligação com o restante do país, através da ligação com Belém e Brasília, feita pela empresa que acaba de se fundar para a execução dessa rede, formando um grande sistema regional de telecomunicações da Amazônia, infra-estrutura para o desenvolvimento da região.

Terá assim a CAMTEL (Companhia Amazônica de Telecomunicação), a seu cargo, todo o setor oeste do sistema, interligando com Parintins o sistema da COTELPA (Companhia de Telecomunicações do Pará) que permitirá a ligação de Manaus com cinco canais para Belém e mais sete para Brasília. Fica, assim, assegurada a viabilidade econômica do sistema de telecomuni-

cações da CAMTEL que adquirirá os imprescindíveis acessos ao sistema nacional através de Belém e Brasília, em passagem direta e sem qualquer comunicação intermediária, operando a telefonista de Manaus diretamente com a de Brasília. O número total de canais disponíveis entre Belém e Brasília para o escoamento do tráfego de toda esta rede será de 36 canais, amplamente suficiente para a demanda atual e de alguns anos ainda, podendo esta ligação ser levada até o limite de 60 canais, sem maiores despesas. Para a integração desse sistema, o COMTEL acaba de aprovar o projeto do sistema interestadual de telecomunicações da Amazônia, orçado em 12 milhões de cruzeiros novos, após vários e minuciosos estudos pelos departamentos técnicos. As antenas, de 20 metros de diâmetro e altura equivalente a um edifício de 6 andares, estarão instaladas dentro de 18 meses, constituindo a primeira fase do sistema, garantindo ligações telefônicas de microondas pelo mais avançado método de telecomunicações de difusão troposférica.

O BANCO DA AMAZÔNIA É O PRECURSOR
DO DESENVOLVIMENTO
DAQUELA REGIÃO DESDE QUE FOI INSTITUÍDO,
HÁ 25 ANOS, PARA A DEFESA
ECONÔMICA DA BORRACHA

O Banco da Amazônia S. A. — BASA — recebeu todo o acervo de experiência e trabalho do antigo Banco de Crédito da Amazônia S. A. Agente financeiro do governo federal em toda a região, sua existência, longa e proveitosa, sofre agora o impacto de uma liderança dinâmica dentro dos conceitos administrativos do seu atual presidente, o economista Lamartine Nogueira. Este e outros assuntos são por ele abordados nesta entrevista.

— Como é executada a política de incentivos fiscais e financiamento para a industrialização da região amazônica?

— Os recursos arrecadados pelo BASA em função da política de incentivos fiscais destinam-se à promoção do desenvolvimento econômico-social da Amazônia, por via de financiamentos indispensáveis à realização dos respectivos projetos.

Tais recursos poderão, pois, ser empregados em investimentos novos, reinvestimentos e compras de ações de empreendimentos aprovados, abrangendo os seguintes setores: industrial, agrícola, pecuária e serviços básicos (energia, transportes, comunicações, colonização, turismo, educação e saúde pública).

— Qual a soma de recursos até agora arrecadada?

— NCr\$ 142 milhões, até 31 de agosto de 1967.

— Quantos projetos foram até agora aprovados e qual o montante dos recursos já comprometidos?

— Já foram aprovados 102 projetos, cobrindo a avultada soma de NCr\$ 265 milhões, numa demonstração bem significativa de que a Amazônia busca celeremente sua integração ao contexto da economia nacional, dentro dos objetivos da Operação-Amazônia.

— O BASA atua dentro da política integrada do governo federal na Amazônia?

— Sim, o BASA é peça vital desse mecanismo, como agente financeiro qualificado do governo federal e da SUDAMZ para a execução dos programas de desenvolvimento econômico e social da área, pelo exercício de funções de análise de projetos e concessão de créditos ou liberação de recursos oriundos dos incentivos fiscais.

— Há, de fato, pioneirismo na atuação do BASA em favor da Amazônia?

— Sem qualquer sombra de dúvida. O BASA é o verdadeiro precursor do desenvolvimento econômico da Amazônia, onde sua atuação data de 1942, quando foi organizado especialmente para a defesa econômica da borracha e posteriormente transformado e ampliado em seus objetivos, que passaram a abranger o crédito direta ou indiretamente relacionado com as atividades industriais, comerciais e produtoras da região amazônica.

UMA AÇÃO PIONEIRA



— *Que pontos o senhor gostaria de destacar na política creditícia do BASA para com a Amazônia?*

— A política creditícia do BASA corresponde à necessidade de diversificação da economia da Amazônia, a médio e longo prazos, pela introdução ou expansão de novas atividades no setor primário e pela ampliação dos setores secundário e terciário, para que se possa promover o aumento da taxa de capitalização da região, vale dizer o seu desenvolvimento econômico. Convém lembrar que o BASA não perdeu a condição de instrumento oficial de execução da política de crédito à borracha extrativa na região amazônica, mantendo-se uma tradição e aproveitando-se infra-estrutura e experiência acumuladas durante cinco lustros. Continua, portanto, a ser a peça principal do mecanismo de financiamento do custeio da produção de borrachas vegetais. Como as atividades extrativistas de borracha ainda ocupam importante posição na vida econômica de algumas unidades fisiográficas da região, está o BASA vivamente empenhado em traçar um programa de colaboração financeira para a nova safra de 1968/69 que corresponda às necessidades desse setor, de modo a manter o equilíbrio do mercado.

— *Qual o montante das aplicações do BASA durante o primeiro semestre de 1967, na região amazônica?*

— As operações de crédito durante aquele período atingiram a expressiva soma de NCr\$ 127 milhões, cabendo 62 % dessas aplicações aos estados líderes da região: Amazonas e Pará, que são justamente os que apresentam maior índice de demanda de recursos financeiros, em decorrência de economias externas existentes e condições de mercado favoráveis. Cumpre destacar o fato de que o maior empréstimo concedido pela atual administração do BASA diz respeito ao financiamento de NCr\$ 2 milhões à Cia. Amazonense de Telecomunicações (CAMTEL), para implantação do sistema de telecomunicações no Estado do Amazonas. Outra contribuição substancial do BASA para o desenvolvimento daquela grande unidade da federação consiste no empréstimo de NCr\$ 500 mil destinado a despesas de capital e custeio da Zona Franca de Manaus durante o ano de 1967. Não pode ficar sem registro a colaboração financeira prestada à Secretaria de Produção daquele estado, através de uma operação de crédito de NCr\$ 200 mil destinada à montagem de um entreposto de pesca, além da atribuição à Agência de Manaus de uma faixa de NCr\$ 1 milhão para empréstimos ao comércio de piaçaba. A Secretaria de Finanças do Amazonas o BASA também concedeu, recentemente, um adiantamento de NCr\$ 500 mil por conta da arrecadação do ICM sobre a borracha comercializada em Manaus.

O economista Lamartine Nogueira, presidente do Banco da Amazônia, comanda a batalha do financiamento.



O industrial Nélson de Sousa, da OLPASA, é pioneiro na industrialização do amendoim, em larga escala, na Amazônia. Um vasto campo, em Igarapé-Açu, está sendo preparado para abastecer todo o mercado.



A castanha-do-pará é o mais novo produto industrializado a ser oferecido ao consumo nacional, com elevado poder nutritivo. Embaixo o Coronel João Válter, da SUDAM, examina as plantações de dendê.



O amendoim, a castanha-do-pará e o dendê conquistam novos mercados para os produtos agrícolas da região

Os projetos agrícolas, ao lado dos industriais, estão sendo amplamente desenvolvidos na Amazônia. As culturas experimentais do dendê e do amendoim começam a conquistar o mercado e a abrir novas perspectivas industriais para o Grande Norte. Depois do sucesso obtido pelos japoneses com a cultura da pimenta-do-reino, hoje definitivamente implantada no Pará, surge agora a presença do amendoim entre as riquezas da região. Um investimento na ordem de NCr\$ 3.405.000,00, dos quais um terço com recursos da própria empresa e o restante com recursos provenientes dos incentivos fiscais, deu à OLPASA — Óleos do Pará S. A. — o pioneirismo na industrialização do amendoim. O projeto prevê, a partir de 1967, o plantio de dois mil hectares nos anos ímpares e 2.500 hectares nos anos pares, no campo-piloto de Igarapé-Açu, criteriosamente preparados dentro da moderna técnica agrícola. A produção média esperada pelo industrial Nélson de Sousa, responsável pelo projeto, é de 1.700 kg/hecta-



A Metalúrgica da Amazônia (A METAL) implantou em Belém a primeira fábrica de parafusos e pregos, enquanto a Tecelagem Pedro Carneiro (em cima) desenvolve a industrialização da juta.



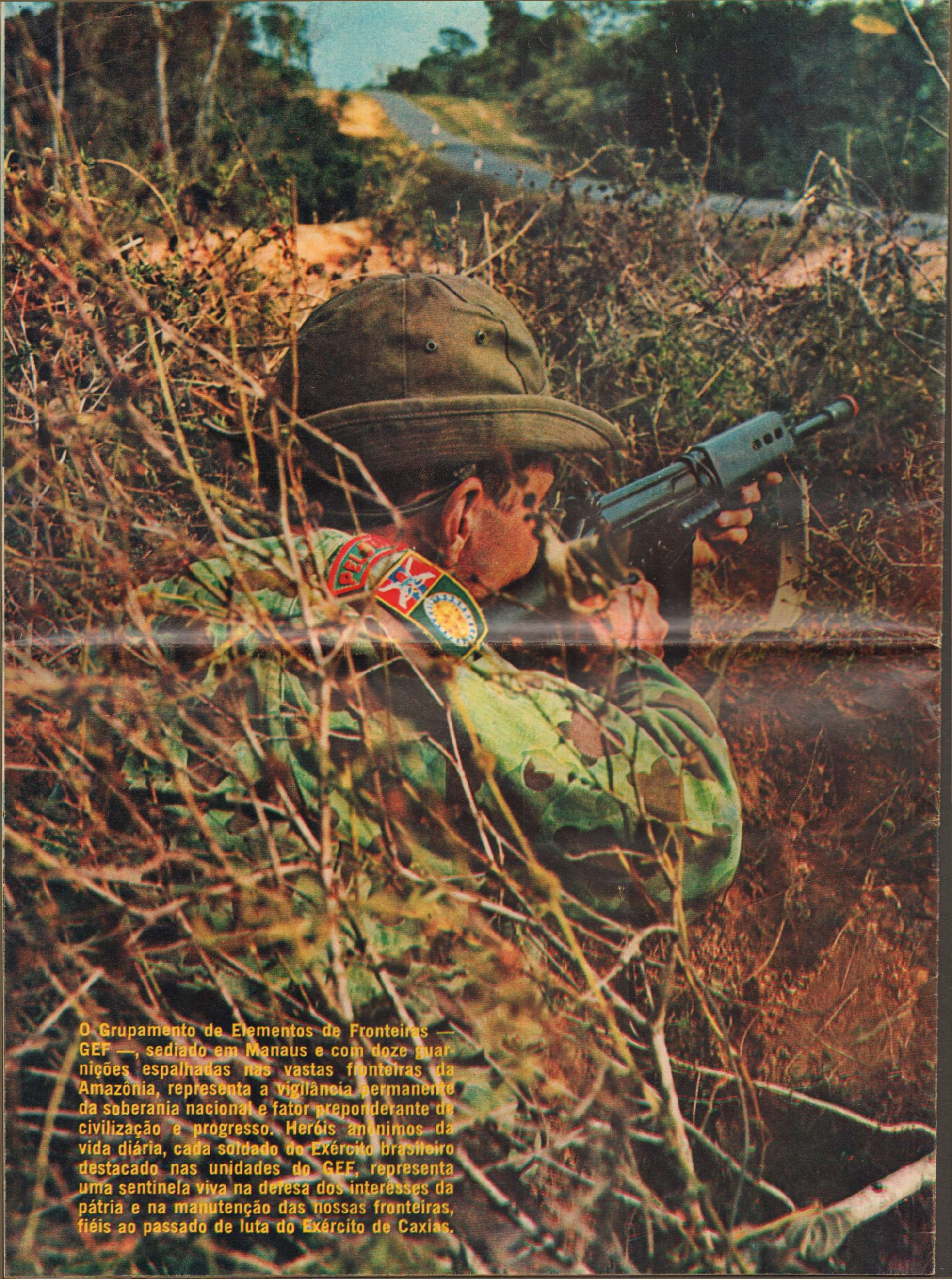
As indústrias implantadas na Amazônia atestam a participação da iniciativa privada no seu desenvolvimento

re, estando previstos posteriormente a extração e o refino do óleo comestível do amendoim e a produção de farelo e torta de amendoim. Todos os estudos foram feitos pela empresa, desde a seleção das sementes e das variedades em São Paulo, até o levantamento do mercado e as propriedades nutritivas do produto, colhido dentro de um processo atual de mecanização.

A castanha-do-pará, da qual Jorge Age é o seu principal exportador, está sendo agora industrializada em larga escala. Recentes estudos feitos por nutricionistas brasileiros afirmam que o teor nutritivo da castanha-do-pará é dos maiores. Duas castanhas equivalem a um ovo. O Ministério da Educação está utilizando a castanha-do-pará no fornecimento da merenda escolar às crianças de toda a zona.

Nos campos experimentais de dendê, a SUDAM realiza também estudos completos para o aproveitamento de mais esta riqueza agrícola da Amazônia, ampliando as faixas de mercado e fornecendo aos interessados em sua exploração todas as informações necessárias para a implantação de novas indústrias.

O futuro parque industrial da Amazônia está nascendo diversificado, o que é um aspecto positivo, de acordo com a opinião dos economistas. O Pará, ao lado da tradicional indústria da madeira, dos óleos, das fibras, já está fabricando fósforos (FASA), vidros (VIP), cerveja (CERPASA), refrigerantes (GUARASUCO), cimento (CIBRASA) e muitos outros produtos industriais. A rede bancária é das mais sólidas, com grupos locais poderosos reunidos em vários estabelecimentos de crédito, hoje com projeção nacional. O industrial da Amazônia é, de um modo geral, agressivo em suas iniciativas e representa uma peça importante e indispensável, dentro de qualquer ação integrada. Sem a iniciativa privada e a industrialização em larga escala, os projetos mais uma vez estariam fadados ao fracasso. O Centro das Indústrias do Pará, por exemplo, é uma organização formada por jovens empresários de mentalidade aberta e arrôjo administrativo, que constituem uma vanguarda significativa no setor empresarial. Os escritórios de projetos começam a ser instalados em Belém e Manaus e a improvisação cede lugar ao planejamento correto dos futuros empreendimentos. Grandes grupos paulistas, gaúchos, paranaenses visitam constantemente a Amazônia, inclusive dando entrada na SUDAM em projetos agropecuários para criação de grandes rebanhos bovinos na região, que se presta a tais iniciativas.



O Grupamento de Elementos de Fronteiras — GEF —, sediado em Manaus e com doze guarnições espalhadas nas vastas fronteiras da Amazônia, representa a vigilância permanente da soberania nacional e fator preponderante de civilização e progresso. Heróis anônimos da vida diária, cada soldado do Exército brasileiro destacado nas unidades do GEF, representa uma sentinela viva na defesa dos interesses da pátria e na manutenção das nossas fronteiras, fiéis ao passado de luta do Exército de Caxias.